

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIÉDADA DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 [gesepe.ufma](https://www.instagram.com/gesepe.ufma)

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



**GÊNERO NAS DIRETRIZES CURRICULARES MUNICIPAIS DA EDUCAÇÃO
DA INFANTIL PAULISTA: entre silenciamentos e resistências**

Samantha Queiroz Gomes¹

Daniela Finco²

Resumo: Este trabalho científico analisa a presença da perspectiva de gênero nas propostas curriculares da Educação Infantil formuladas por cinco secretarias municipais de educação do estado de São Paulo, disponibilizadas na Plataforma de Avaliação e Monitoramento da Base Nacional Comum Curricular. Busca trazer contribuições para o debate sobre gênero e diversidade na Educação Infantil. Está fundamentada em referenciais teóricos dos Estudos de Gênero, das políticas públicas e das orientações curriculares na Educação Infantil. Adota uma abordagem documental, examinando as diretrizes curriculares elaboradas pelos municípios paulistas. Os dados revelam movimentos de resistência voltados à construção de agendas municipais de gênero na educação. A análise das políticas e diretrizes curriculares da Educação Infantil em municípios paulistas evidencia como a temática de gênero é incorporada considerando especificidades locais, revelando avanços e possíveis estratégias para o fortalecimento de políticas públicas educacionais promotoras da igualdade de gênero. Busca contribuir para o debate sobre gênero e diversidade na Educação Infantil, promovendo reflexões que valorizem a igualdade e a diversidade, bem como a desconstrução de estereótipos e preconceitos de gênero nas práticas pedagógicas.

Palavras-chave: Gênero. Currículo. Educação Infantil. Políticas Públicas.

**GENDER IN THE MUNICIPAL CURRICULAR GUIDELINES OF EARLY
CHILDHOOD EDUCATION IN SÃO PAULO: between silences and resistances**

Abstract: This scientific study analyzes the presence of a gender perspective in Early Childhood Education curricular proposals developed by five municipal education departments in the state of São Paulo, available on the National Common Core Curriculum Monitoring and Evaluation Platform. It seeks to contribute to the debate on gender and

¹ Mestranda no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP Guarulhos - SP. samantha.gomes@unifesp.br

² Doutora pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo - USP. Professora Associada na Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP - Guarulhos -SP, dfinco@unifesp.br.

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

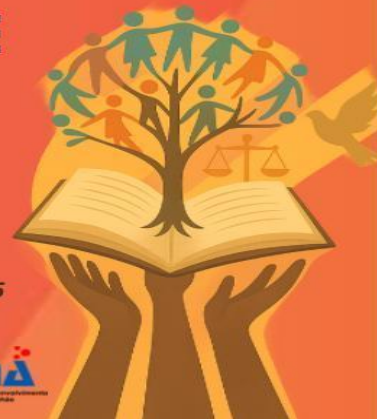
Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



diversity in Early Childhood Education. It is grounded in theoretical frameworks from Gender Studies, public policy, and early childhood curriculum guidelines. The study adopts a documentary approach, examining curricular guidelines developed by municipalities in São Paulo. The data reveal resistance movements aimed at building municipal gender agendas in education. The analysis of Early Childhood Education policies and curricular guidelines in municipalities across São Paulo shows how gender issues are incorporated while considering local specificities, highlighting advances and possible strategies to strengthen public educational policies that promote gender equality. It seeks to contribute to the debate on gender and diversity in Early Childhood Education by fostering reflections that value equality and diversity, as well as the deconstruction of gender stereotypes and prejudices in pedagogical practices.

Keywords: Gender. Curriculum. Early Childhood Education. Public Policies.

**GÉNERO EN LAS DIRECTRICES CURRICULARES MUNICIPALES DE LA
EDUCACIÓN INFANTIL PAULISTA: entre silenciamientos y resistencias**

Resumen: Este trabajo científico analiza la presencia de la perspectiva de género en las propuestas curriculares de Educación Infantil elaboradas por cinco secretarías municipales de educación del estado de São Paulo, disponibles en la Plataforma de Evaluación y Monitoreo de la Base Nacional Común Curricular. Busca aportar contribuciones al debate sobre género y diversidad en la Educación Infantil. Se fundamenta en referentes teóricos de los Estudios de Género, las políticas públicas y las orientaciones curriculares en la Educación Infantil. Adopta un enfoque documental, examinando las directrices curriculares elaboradas por los municipios paulistas. Los datos revelan movimientos de resistencia orientados a la construcción de agendas municipales de género en la educación. El análisis de las políticas y directrices curriculares de la Educación Infantil en municipios paulistas evidencia cómo la temática de género es incorporada considerando especificidades locales, revelando avances y posibles estrategias para el fortalecimiento de políticas públicas educativas promotoras de la igualdad de género. Busca contribuir al debate sobre género y diversidad en la Educación Infantil, promoviendo reflexiones que valoren la igualdad y la diversidad, así como la deconstrucción de estereotipos y prejuicios de género en las prácticas pedagógicas.

Palabras clave: Género. Currículo. Educación Infantil. Políticas Públicas.

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

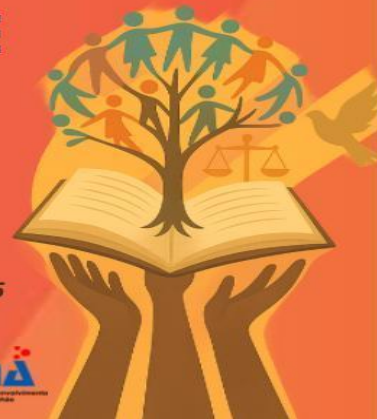
Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



INTRODUÇÃO

Este trabalho busca analisar a presença de gênero nas orientações e diretrizes curriculares na Educação Infantil, das secretarias municipais de educação do Estado de São Paulo a partir da Plataforma de Avaliação e Monitoramento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do Ministério da Educação (MEC), buscando identificar quais prefeituras construíram seus próprios currículos e como aparecem suas experiências educativas promotoras de igualdade de gênero na educação da infância.

A entrada da criança na Educação Infantil é marcada pelo acesso a um espaço social mais amplo que o familiar, promovendo sua inserção na vida em sociedade. A creche e a pré-escola se tornam um espaço privilegiado para colaborar no processo de construção da identidade e um contato com uma formação integral que viabilize o respeito aos valores da equidade, da igualdade e da convivência. Dessa forma, as creches e pré-escolas, são instituições atravessadas por questões sociais, políticas e culturais, contribuindo de forma significativa para a formação das identidades das crianças, seja no processo de inscrições e marcas de gênero, a partir de normas reguladoras dos corpos, seja favorecendo para a quebra de estereótipos e a promoção da diversidade de gênero.

Desse modo, a Educação Infantil não pode ser considerada neutra, mas permeada por relações de poder, intencionalidades e interesses, podendo assim ser reprodutora de identidades e sexualidades hegemônicas por meio de mecanismos e discursos que atuam na produção do feminino e masculino, em uma matriz androcêntrica e heterossexual. Ou pode trazer uma abordagem crítica, problematizadora e transformadora, que valorize a pluralidade de identidades e expressões de gênero, promovendo a equidade e o respeito às diferenças. Nesse sentido, a educação pode atuar como um espaço de desconstrução de estereótipos, incentivando práticas pedagógicas inclusivas que questionem padrões normativos e ampliem as possibilidades de ser e existir, garantindo que todas as crianças tenham a liberdade de desenvolver suas potencialidades sem imposições ou limitações

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



baseadas em gênero.

Os últimos anos foram marcados por intensos debates e disputas em torno da presença do conceito de gênero na educação brasileira. Com a aprovação da Base Nacional Comum Curricular para Educação Infantil - BNCC-EI (Brasil, 2017) e outras normativas educacionais, observa-se um movimento crescente de censura e tentativas de retirada de menções ao termo "gênero" e às questões relacionadas à diversidade nas diretrizes curriculares, especialmente na Educação Infantil (Correa, 2018, 2021; Carreira, 2019, 2022; Diniz, 2025). Esse contexto reflete não apenas a influência de grupos conservadores e reacionários, mas também a tentativa de delimitar quais valores e perspectivas devem ser privilegiadas no ambiente educativo. (Vianna, 2018, 2020; Gava, 2023).

A construção dos planos de educação foi permeada por disputas e conflitos sobre a inclusão do tema, já que grupos conservadores promovem discursos antigênero, buscando vetar a introdução do tema nos documentos. Ofensivas antigênero se apresentam por meio de discursos políticos e ações de grupos que buscam impedir a implementação de políticas educacionais que incluam conteúdos relacionados às diversidades sexuais e de gênero nas escolas. Há uma oposição significativa às abordagens de sexualidade e gênero nos currículos e práticas educativas, com o argumento que tais perspectivas na educação ameaçam os valores familiares e religiosos tradicionais. (Vianna, 2020; Finco, Barreiros, Abbatecola, 2024). Tais ofensivas, articuladas por setores religiosos e políticos, têm se traduzido nas tentativas de exclusão de discussões sobre diversidade e identidade de gênero nos materiais educativos e nos projetos pedagógicos das instituições de educação da infância (Finco; Arruda, 2022; Lacerda, 2025). Essas ações vão de encontro a princípios democráticos e aos direitos das crianças de vivenciarem uma educação plural, laica e democrática.

As desigualdades de gênero se mostram um desafio, a Agenda de 2030 (ONU), destaca a importância em fortalecer o apoio às instituições, eliminar as diferentes formas de discriminação e violência, eliminar práticas nocivas, assegurar o acesso universal à direitos voltados para a questão de gênero. É destacada a importância de fortalecer

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIÉDDE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



políticas e legislações que promovam a igualdade de gênero, assegurando o acesso equitativo à educação de qualidade para todos, eliminando barreiras que dificultam a permanência de meninas e mulheres na escola, promovendo a inclusão e a equidade no ensino, e incentivando a educação para a cidadania global e os direitos humanos.

Diante deste cenário, é possível perceber movimentos de resistência em busca de uma construção de uma agenda de gênero em uma perspectiva local/municipal, tentando construir reflexões, ações e a implementação de políticas públicas em educação que promovam a equidade de gênero. Esta pesquisa busca analisar a presença de gênero nas políticas e diretrizes curriculares na Educação Infantil de municípios paulistas, considerando as especificidades de cada município, identificando como as suas experiências educativas promotoras de igualdade de gênero, podem trazer pistas de como gênero foi inserido nas políticas públicas curriculares, revelando os avanços e os desafios ainda a serem enfrentados, apontando possíveis estratégias a construir.

1. Currículo e gênero na Educação Infantil

O currículo constitui-se como um campo permanente de disputas simbólicas, políticas e discursivas, no qual se definem não apenas conteúdos escolares, mas também modos legítimos de ser, dizer e existir na escola. A partir das concepções críticas de currículo, compreende-se que ele não é neutro, mas permeado por relações de poder que seleciona saberes, organiza hierarquias e regula condutas. Nessa perspectiva, o currículo é um campo atravessado por embates, no qual se produzem subjetividades e se disputam sentidos sobre educação e diferença. Desse modo, quando pensamos em gênero, se torna necessário abrir o currículo para subversões performáticas e escapar de práticas que regulam, hierarquizam e classificam corpos e gêneros na escola (Paraíso, 2016).

Assim, é importante destacar que, na Educação Infantil, para fazer referência à organização curricular desta etapa da educação, são usadas denominações específicas, como proposta político-pedagógica, orientações curriculares, propostas pedagógicas, propostas curriculares, ou seja, expressões mais abrangentes que considerem as experiências das crianças de forma mais ampla e complexa (Barbosa, 2009). Nos

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIÉDADA DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



documentos específicos da Educação Infantil, não é frequente o uso da palavra currículo, já que acaba se relacionando a conteúdos disciplinares previamente selecionados, priorizando as aprendizagens escolarizantes e preparatórias para o ensino fundamental, desconsiderando as experiências e as descobertas significativas para as crianças.

O termo está sendo gradativamente substituído por uma compreensão mais ampla, que busca organizar e dar sentido às múltiplas aprendizagens construídas. Nessa perspectiva, o currículo pode ser centrado nas crianças e em suas relações, sendo entendido como um processo de construção, articulação e produção de aprendizagens que emergem do encontro entre os sujeitos e a cultura (Barbosa, 2009). Assim, o currículo não é algo previamente pronto, mas algo que nasce da vida cotidiana, dos encontros entre as crianças, seus pares e os adultos, bem como de suas experiências e percursos no mundo. Os chamados “conteúdos” deixam de ocupar um lugar central e fragmentado, passando a exercer a função de articular as relações e as significações que surgem como respostas complexas a questões significativas para as crianças.

Estudos sobre o currículo na educação demonstram como sua construção histórica, política e cultural passa por transformações ao longo do tempo. Tomaz Tadeu da Silva (1999) apresenta o que são teorias do currículo, elencando teorias tradicionais, críticas e pós críticas. No escopo das teorizações pós críticas, o autor destaca as relações de gênero e sua relação com a pedagogia feminista, (Silva, 1999). Ao debater os estudos sobre educação e currículo, aponta para a necessidade de se questionar a construção do conhecimento, permeada de hierarquias, reprodução de desigualdades: “Ignorar as estreitas conexões entre conhecimento, identidade de gênero e poder teorizadas por essas análises. O currículo é, entre outras coisas, “um artefato de gênero, um artefato que, ao mesmo tempo, corporifica e produz relações de gênero” (Silva, 1999, p. 97).

Os movimentos feministas, suas lutas e mobilizações evidenciaram a importância de discutir os papéis e desigualdades de gênero. Assim como os Estudos Feministas de Gênero mostraram a invisibilidade da temática em documentos curriculares e cursos de

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



formação (Paraíso, 1997; Matos, 2008). Estudos sobre currículo e gênero revelam desse modo, como o currículo é atravessado por disputas e relações de poder, envolvendo um entrelaçamento dos conhecimentos historicamente produzidos e distribuídos e as possibilidades de construção das identidades de gênero, em que práticas podem ou não legitimar certas atitudes, comportamentos e valores (Paraíso, 1997). Destacam ainda como gênero pode ser um campo de silêncio do currículo, levando à falta de ações concretas voltadas para essas questões.

2. Currículo, poder e linguagem: as ofensivas antigênero

Falar em diretrizes curriculares implica falar em linguagem. A linguagem ocupa papel central na produção do currículo ao ser compreendida como prática discursiva e performativa. A linguagem não apenas representa o mundo, mas produz sujeitos e delimita fronteiras do que é reconhecido como inteligível (Butler, 2019). Assim, normas curriculares reforçam regimes que atuam na regulação de corpos e identidades. Porém tais normas não se estabelecem de forma absoluta, uma vez que o cotidiano escolar também se constitui como espaço de fissuras, negociações e resistências, em que possibilidades educativas mais plurais, democráticas se estabelecem.

As ofensivas antigênero ajudam a compreender a disputa da linguagem nos documentos curriculares, que se convertem em um campo privilegiado de disputas políticas e discursivas, no qual a linguagem é mobilizada como estratégia de controle, tentativas de silenciamento e regulação das discussões sobre gênero e sexualidade na educação. Tais ofensivas, ao produzirem narrativas de ameaça e deslegitimação, contribuem para a construção de pânico morais, que incidem diretamente sobre documentos curriculares, práticas pedagógicas e o trabalho docente, delimitando o que pode ou não ser dito, ensinado e problematizado na escola.

As análises de Sônia Corrêa (2018) e Rogério Diniz Junqueira (2022) contribuem de forma decisiva para a compreensão das ofensivas antigênero no campo educacional, ao evidenciar que tais movimentos não se limitam a disputas morais ou religiosas, mas constituem estratégias políticas e discursivas articuladas em escala nacional e

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIÉDADA DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



transnacional. Segundo os autores, essas ofensivas operam por meio da produção de pânico morais e da disseminação de narrativas que associam gênero e sexualidade a ameaças à infância, à família e à ordem social, incidindo diretamente sobre políticas públicas, documentos curriculares e práticas pedagógicas. Nesse contexto, a escola e o currículo tornam-se alvos privilegiados dessas investidas, resultando em processos de tentativas de censura. E “gênero” se transforma em um fantasma totalizante, mobilizado como uma ameaça, um fenômeno psicossocial que organiza e incita socialmente paixões políticas. (Butler, 2024).

3. Gênero, Políticas públicas e Base Nacional Comum Curricular

A política pública pode ser definida como uma representação da materialidade do Estado, como o Estado em ação. Neste sentido, a construção de políticas públicas educacionais no Brasil passou por diferentes processos ao longo do tempo, os documentos desenvolvidos refletem contextos históricos e sociais específicos e revelam interesses políticos, simbólicos e ideológicos, se tornando um campo onde o papel e os significados da educação são forjados, negociados e disputados. (Vianna, 2022).

No processo de redemocratização diferentes documentos educacionais foram desenvolvidos e objetivavam a ampliação de direitos políticos e sociais, mas eram atravessados por contradições a partir dos ideais neoliberais (Claudia Vianna, Sandra Unbehaum, 2004). Neste cenário político, a construção da BNCC, no contexto dos governos da Dilma e do Temer, foi iniciado em 2014, na primeira gestão da Dilma e desenvolvido na segunda gestão, em que houve uma abertura para o debate das versões já elaboradas, o Golpe de 2016 atravessou esse período, tendo a terceira versão sido construída e publicada já no governo Temer.

As políticas públicas voltadas para a educação se mostram assim como um campo em disputa, em que grupos conservadores e reacionários, implementam políticas neoliberais. Adrião e Peroni (2018) apontam a partir do documento Campanha Latino Americana pelo Direito à Educação (CLADE, 2014) que os grupos empresariais privados se organizam e se articulam com diferentes setores do governo, inclusive o da educação,

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



definindo políticas educacionais, enfatizando que “a elaboração da BNCC representa a expressão mais acabada dessa apropriação da gestão educacional” (2018, p.49).

E com a aprovação da versão final da Base Nacional Comum Curricular para a Educação Infantil – BNCC-EI (Brasil, 2017) observou-se o fortalecimento de movimentos que promovem a censura e a supressão de referências ao termo “gênero” e às discussões sobre diversidade nas diretrizes curriculares, especialmente no âmbito da Educação Infantil.

3.1 Plataforma de Avaliação e Monitoramento da implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC)

A partir do acesso a Plataforma de Avaliação e Monitoramento da implementação da Base Nacional Comum Curricular foi possível observar como diferentes municípios paulistas mesmo com as tentativas de retirada do conceito de gênero decidiram por incluir a temática nas suas diretrizes curriculares para a Educação Infantil demonstrando as resistências em torno do tema. A plataforma de Avaliação e Monitoramento da implementação da BNCC, criada pelo Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Educação Básica (SEB), em parceria com o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF), busca pesquisar como a BNCC está sendo implementada nos diferentes estados e municípios do país. As instituições que participaram da criação foram o MEC, a Secretaria de Educação Básica (SEB), o CAEd/UFJF responsável pela aplicação das pesquisas e pela infraestrutura da plataforma. União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, (UNDIME) articuladora da participação dos municípios. Conselhos Municipais e Estaduais de Educação, que contribuíram com currículos e pareceres. Redes de ensino estaduais e municipais, que participaram das etapas de pesquisa e do envio de boas práticas e documentos. E mais de 47 mil professores, coordenadores e gestores que participaram das duas etapas iniciais de avaliação.

A Plataforma tem como objetivo monitorar e avaliar a implementação da BNCC nos municípios e estados brasileiros; compartilhar resultados de pesquisas com redes de ensino

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIÉDDE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



e sociedade, reunir boas práticas educacionais e currículos alinhados à BNCC, oferecer suporte para tomada de decisões pedagógicas e de gestão, promover a transparência e o acesso público a dados sobre a implementação da BNCC. Possui uma ampla amostra das redes de ensino estaduais e municipais do país, conta com cinco seções: Currículo e documentação; Boas práticas; Processos e instrumentos; Desenvolvimento profissional; Sumário executivo. Conta com cinco seções: Currículo e documentação; Boas práticas; Processos e instrumentos; Desenvolvimento profissional; Sumário executivo. Na primeira seção da Plataforma denominada “Currículo e documentação” é possível localizar os currículos municipais de cada estado para a Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. O sistema de busca, que permite localizar os currículos por estados, identificando seus respectivos municípios, está organizada em três categorias: Municípios que aderiram ao currículo estadual; Municípios que adaptaram o currículo estadual; Municípios que elaboraram seus próprios currículos. Nesta busca também é possível identificar os municípios que não cadastraram ou não enviaram sua proposta curricular.

Desse modo, este trabalho apresenta um recorte de 5 municípios do estado de São Paulo que construíram os seus próprios currículos e pautaram as questões de gênero, sendo eles: Atibaia, Bauru, Jundiaí, Quintana e São Caetano do Sul, selecionados por apresentarem significativamente o uso do termo gênero em seus documentos. Municípios que elaboraram suas próprias orientações curriculares para a Educação Infantil e que incluem intencionalidade de gênero em suas propostas educativas.

4. Documentos Curriculares de Educação Infantil selecionados

O primeiro documento curricular é o do município de Atibaia denominado “Currículo Municipal da Educação Básica da Estância de Atibaia-SP: educação de excelência com equidade” (2020) que traz a palavra gênero 6 vezes no texto. Seu texto aborda gênero em diferentes âmbitos, em uma das primeiras menções traz o debate atrelado a importância de incluir nos currículos temáticas como Direitos Humanos, relativas à identidade de gênero, raça, etnia, religião, orientação sexual, pessoas com

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



deficiências, sustentabilidade ambiental entre outros. Já no primeiro eixo relacionado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS que representam valores éticos e morais fundamentais no processo de emancipação e cidadania, há alguns objetivos traçados, sendo o objetivo 5 “Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas” (2020, p.66).

No tópico “Pressupostos Pedagógicos da Educação Básica que fundamentam ou dão base às diretrizes curriculares”, destaca ainda a importância de exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, citando o conceito de gênero como importante na valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, suas identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de nenhuma ordem. Ao abordar “Justiça e inclusão social” (2020, p.85), as orientações curriculares de Atibaia destacam que a sociedade brasileira é marcada por desigualdades econômicas e sociais, aborda gênero apontando como as mulheres sofrem violências, e recebem salários menores, a discriminação social, sexual e ambiental. Assim o documento curricular de Atibaia fundamenta sua proposta na promoção da equidade, assumindo a educação como espaço de enfrentamento às desigualdades de gênero. O documento destaca a formação voltada ao combate à violência, ao racismo e a todas as formas de preconceito e estigmatização, defendendo a construção de uma consciência crítica sobre as desigualdades que afetam homens e mulheres. Nesse sentido, propõe ações educativas que promovam integração, inclusão e participação igualitária na vida afetiva, cultural, escolar e no mundo do trabalho, fortalecendo uma perspectiva de igualdade de gênero.

Apresenta objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, no tópico “organização e integração das experiências das práticas pedagógicas”, no campo de experiência “o eu, o outro e o nós”, é destacado o “Incentivo à expressão corporal, reconhecimento de si mesmo e observação da sua própria imagem, de seus pares e de outras pessoas, contemplando diferentes identidades étnico-raciais, de gênero, de classe e de diferentes contextos socioculturais”. Destacando ainda o “Conhecimento, convivência e valorização das



diversidades (religiosa, étnica, cultural, de gênero etc.) (2020, p.22)

O segundo documento curricular analisado neste trabalho, intitulado “Currículo Comum Educação Infantil” do município de Bauru, aborda a intencionalidade de uma educação de gênero vinte e uma vezes ao longo do documento, apontando diferentes intencionalidades pedagógicas. No tópico “Exploração dos espaços e objetos na interação entre pares e o adulto”, traz menção aos citando bebês e as atividades de movimento com os brinquedos, demonstrando a importância de evitar a classificação dos objetos e brinquedos por gênero. Logo em seguida, no mesmo tópico, o documento fala sobre “o respeito à diversidade e a identidade de gênero como parte do currículo das crianças desde a mais tenra idade.” (2022, p.226).

Ao mencionar as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI, 2010) o texto do documento responde às demandas atuais como o multiculturalismo, gênero, raça, diferenças, relativismo, improviso e transitoriedade. Ainda no mesmo tópico, é colocado como a finalidade das diretrizes se apresentam na formação das crianças, destacando a importância do respeito às diferenças, o combate à exclusão, novas formas de sociabilidade e de subjetividade comprometidas com a ludicidade, a democracia e com o rompimento de relações de dominação etária, socioeconômica, étnico-racial, de gênero, regional, linguística e religiosa. (BRASIL, 2009).

Ao falar sobre “O ensino de ciências na Educação Infantil: reflexões a partir de uma ontologia dialética”, o texto traz a contribuição dessa temática na Educação Infantil para a compreensão do ser na sua totalidade, apontando que a socialização do conhecimento científico, seja encaminhada ideologicamente “a partir de valores que indiquem para a problematização e a superação, da exploração de classe e da opressão de gênero, raça, orientação sexual ou qualquer tipo de violência hegemônica, sem prescindir das especificidades próprias da educação infantil. (Bauru, 2022, p. 640).

No tópico “Conteúdos infantil IV e V: Corpo humano e saúde o documento aborda a questão da higiene e do corpo, apontando a importância de trabalhar com as crianças as

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

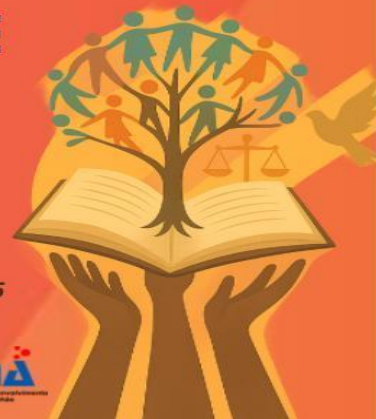
Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



diferenças anatômicas, utilizando termos científicos, já que é muito comum que as pessoas usem outros nomes para nomeá-las no cotidiano. Salienta que é preciso tratar o assunto de forma não moralista e não fazer distinções de gênero. Uma nota de rodapé é lançada para complementar essa colocação, afirmando que o currículo do município destaca a importância do debate de gênero na sociedade, cabendo ao/a professor/a da Educação Infantil buscar conhecimentos não segregadores, excludentes, preconceituosos e baseados no senso comum em relação às questões da identidade de gênero. Alerta ainda para a importância de problematizar a dominação machista sobre as mulheres, os estereótipos de gênero, a homofobia, transfobia e qualquer preconceito contra a população LGBT - Lésbicas, gays, bissexuais e transexuais/transgêneros, se contrapondo a iniciativas conservadoras e reacionárias que visam um retrocesso às conquistas históricas nesse campo. (Bauru, 2022).

Ainda no mesmo tópico que trata sobre corpo humano e saúde, o documento curricular continua abordando as relações de gênero a partir da divisão entre meninos e meninas na Educação Infantil, demonstrando a necessidade de desconstrução, uma vez que práticas como essa reforçam estereótipos, a partir das cores e tipos de brinquedo e se tornam bases para diferentes tipos de preconceitos. Afirma ainda que as diferenças entre masculino e feminino não podem ser pautadas somente com base nas diferenças biológicas ou nos órgãos reprodutores. O exemplo colocado é o de colocar as meninas como frágeis e os meninos como autoritários, promovendo a manutenção das diferenças e preconceitos de gênero.

No tópico “Ciências da Sociedade”, a formação da identidade conceitualizada, trata das diferenças e semelhanças e vinculação a grupos sociais, dando destaque à formação da identidade de gênero e étnica e destacando a necessidade de práticas pedagógicas que criem o senso de pertencimento. Neste tópico aborda a divisão social do trabalho, os aspectos particulares da vida social, as práticas culturais e como isso traz determinadas formas de relação de gênero.

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



O tópico “Relação indivíduo-sociedade” uma citação de Antonio da Costa Ciampa (2004) é colocada ao tratar o currículo como uma complexa rede de relações intersubjetivas que envolvem expectativas de classe, gênero, religião, etnia, faixa etária, etc. Com o mesmo autor explica como o termo identidade se constitui em um processo de transformações nas relações estabelecidas entre diferença e semelhança. Na página seguinte o currículo volta a afirmar o compromisso com o ensino de temas como gênero e etnia, sinalizando o quanto gênero é utilizado como “dimensão organizativa das atividades, seja de modo espontâneo, seja como mecanismo da própria instituição escolar”

O terceiro documento curricular analisado é o “Currículo jundiaense da Educação Infantil” (2022) do município de Jundiaí, aborda o conceito de gênero sete vezes ao longo do documento. Em sua introdução destaca aspectos do documento Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, considerando os princípios éticos, estéticos e políticos. Na explicação sobre os princípios éticos, o documento aborda sobre a formação de pessoas e cita a perspectiva de gênero, junto às questões de raça, idade, religião, econômica e culturais.

No tópico “O eu, o outro e nós” se relaciona aos direitos de aprendizagem e desenvolvimento, baseado no Currículo Paulista (2022), traz no “conviver” o reconhecimento e o respeito às diferentes identidades e pertencimento étnico-racial, de gênero e de religião. No tópico “Corpo, Gestos e Movimento” a dimensão de gênero aparece de forma parecida, mas agora relacionada ao conhecer-se, às oportunidades de interações e explorações com seu corpo, reconhecendo o pertencimento de gênero e étnico-racial. No tópico “Traços, sons, cores e formas”, no conhecer-se, coloca o contato criativo com manifestações artísticas e culturais, identificando e valorizando o pertencimento étnico-racial, de gênero, a fim de desenvolver a sensibilidade, criatividade e gosto pessoal. E no tópico “Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações”, gênero aparece em conviver a partir de criar estratégias para investigar o mundo social e natural, demonstrando atitudes positivas em relação a situações que envolvam diversidade étnico-racial, ambiental, de gênero, de língua, de religião. A partir dos recursos materiais,

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIÉDADA DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



as Diretrizes Curriculares da Educação Básica Municipal de Jundiaí (2016) ressaltam diferentes brinquedos e materiais, pensando na diversidade de objetos e na importância de não fazer distinções ou categorizações que reforçam atitudes preconceituosas, sejam elas de raça, gênero ou etnia.

O quarto documento curricular analisado, intitulado “Currículo Municipal de Educação de Quintana” (2020), aborda seis vezes o conceito de gênero ao longo do documento. No tópico de “Direitos de Aprendizagem e Desenvolvimento do Campo de Experiência “O Eu, o Outro e o Nós” em “Conviver” fala sobre diferentes identidades e pertencimento étnico-racial, de gênero e de religião. O Eu, o outro e o nós para bebês nas orientações para o planejamento do professor /a o incentivo à expressão corporal, reconhecimento de si mesmo e observação da sua própria imagem, de seus pares e de outras pessoas, contemplando diferentes identidades étnico-raciais, de gênero, de classe e de diferentes contextos sócio-culturais. O mesmo tópico para crianças bem pequenas, trata da importância sobre conhecimento, convivência e valorização das diversidades (religiosa, étnica, cultural, de gêneros, etc). No campo de experiência: corpo, gestos e movimentos ao abordar aspectos corporais prioritários e fundamentais, traz as marcas do pertencimento social que ecoam em quem se é e nas experiências pessoais, em relação ao gênero, à etnia, à classe social, à religião e à sexualidade. Em “Traços, sons, formas e imagens” em conhecer-se aborda o contato criativo identificando e valorizando o seu pertencimento étnico racial, de gênero, entre outros. No campo “Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações” traz o conceito de gênero em “conviver” em criar estratégias, investigar o mundo social e natural, envolvendo a diversidade étnico racial, ambiental, de língua e de religião.

E o quinto documento curricular analisado, o “Currículo Municipal de Educação São Caetano” (2020) aborda onze vezes o conceito de gênero ao longo do documento. No tópico sobre relações étnico-raciais, o documento aborda sobre a prática preconceituosa de raça, de classe, de gênero ao ofender a substantividade do ser humano e negar a democracia. Há um tópico específico denominado “Sobre as Relações de Gênero”. O texto

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



do documento inicia alertando sobre as desigualdades ligadas às relações de gênero em toda a sociedade, citando espaços como a vida familiar, o mundo do trabalho, a representação política, a produção acadêmica e científica, demonstrando como as relações são assimétricas, dialogando com referências de Judith Butler e Angela Davis.

O texto destaca que a presença das mulheres é majoritária, apontando que ainda é possível visualizar um grande desequilíbrio, como por exemplo nas instituições educacionais, o que acaba “reproduzindo relações injustas e incompatíveis com a democracia.” (São Caetano, 2020, p. 28). A exclusão e o silenciamento ajudam a não problematizar as relações, com falta de espaço para reflexão. O tópico aponta para como se torna importante reconhecer que mulheres e homens podem reinventar os seus modos de ser, salientando que a luta feminista é a construção de uma sociedade melhor para mulheres e homens. Alerta para importância de uma educação que desconstrua “uma suposta inferioridade feminina é anunciada” (São Caetano, 2020, p.28) para amparar a invisibilidade e preconceitos, logo uma educação que se propõe integral e equânime que visa assumir um compromisso com o desenvolvimento pleno de bebês e crianças não pode evitar refletir sobre as condições desiguais nas quais mulheres são colocadas. O tópico se encerra ao pensar em outras formas de construir a humanidade, pautadas no respeito e na justiça e na liberdade de reinvenção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises dos documentos curriculares evidenciaram que, apesar das tensões e disputas que marcam o campo educacional ao discutir o conceito de gênero, há municípios engajados na incorporação dessa temática nas orientações curriculares. A partir dos documentos disponibilizados na plataforma de Avaliação e Monitoramento da BNCC foi possível compreender de que forma essas práticas se constroem na dimensão local/municipal em que se observa movimentos de resistência e compromisso em construir agendas de gênero, visando uma educação mais plural e democrática.

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



Apesar da onda reacionária de discursos que buscam restringir abordagens educacionais relacionadas à gênero, diversidade, à equidade e outras demandas ligadas aos Direitos Humanos na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), respostas à esses movimentos se materializam em resistências e autonomia na formulação das políticas municipais marcadas por muitas possibilidades de abordagens de gênero. As orientações curriculares da Educação Infantil representam importantes artefatos históricos, sociais e políticos, constituindo um campo em constante disputa entre diferentes projetos de sociedade. Nos municípios analisados, observa-se resistência significativa, pois mesmo diante de tensões e silenciamentos, mantêm a temática de gênero em suas diretrizes. Ao valorizar equidade, diversidade e enfrentamento das desigualdades, essas redes municipais consolidam estratégias próprias de sustentar o debate, reforçando o compromisso com uma Educação Infantil democrática, inclusiva e voltada à igualdade de gênero.

Referências

ADRIÃO, Theresa.; PERONI, Vera. Maria Vidal. A formação das novas gerações como campo para os negócios? In: AGUIAR, M. A.; DOURADO, L. F. (org.). **A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas**. Recife: Anpae, 2018. p. 49-54.

ARRUDA, Julio Cesar de. FINCO, Daniela Fake News e os Desafios do Trabalho Docente Frente às Questões de gênero e sexualidade na creche. **IX Congresso Nacional de Educação**, Centro de Convenções de João Pessoa - João Pessoa - PB, 2023

BARBOSA, Maria Carmen Silveira. **Práticas cotidianas na educação infantil: bases para a reflexão sobre as orientações curriculares**. Brasília: Ministério da Educação, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular – BNCC versão final**. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase>. Acesso em: 02 mar. 2025.

BUTLER, Judith. **Corpos que importam: os limites discursivos do “sexo”**. São Paulo: n-1 edições, 2019.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, Judith. **Quem tem medo de gênero**. São Paulo: Editora Boitempo Editorial, 2024.

CARREIRA, Denise. Gênero na BNCC: dos ataques fundamentalistas à resistência política. In.: CÁSSIO, Fernando; CATELLI JR, Roberto. **Educação é a base? 23**

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



educadores discutem a BNCC. São Paulo: Ação Educativa, 2019.

CIAMPA, Antônio da Costa. **Identidade**. In: Silvia T.M. Lane; Wanderley Codo. (Orgs.) Psicologia Social: O Homem em Movimento. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 58-75.

CORRÊA Sônia. A “política do gênero”: um comentário genealógico. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 53, e185301, jun. 2018.

DINIZ, Cecília M. da S. **Gênero na Base Nacional Comum Curricular para a Educação Infantil**: retrocessos e possibilidades para uma Educação Infantil democrática e plural. Dissertação de mestrado, Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2025.

FINCO, Daniela; BARREIROS, Douglas Paulino; ABBATECOLA, Emanuela. A educação em disputa: gênero, cruzadas e formas de resistência. **Olhares: Revista do Departamento de Educação da Unifesp**, [S. l.], v. 12, n. 1, 2024.

GAVA, Tais. **O ovo de serpente**: O discurso antigênero como elemento na disputa pela função social da educação escolar. Tese de doutorado - Universidade de São Paulo, 2023.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **A invenção da ideologia de gênero: um projeto reacionário de poder**. Brasília: Letras Livres, 2022.

LACERDA, Priscila Bispo de. **"Vamos falar de gênero sim!"**: formação continuada na Educação Infantil e os impactos da retirada do termo dos Planos Municipais de Educação. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2025.

PARAÍSO, M. A. Gênero na formação docente: campo de silêncio no currículo. **Caderno de pesquisa**, n. 102, p. 23–45, 1997.

PARAÍSO, M. A. Currículo e relações de gênero: entre o que se ensina e o que se pode aprender. **Revista Linhas**, v. 17, n. 33, p. 206–237, 15 abr. 2016.

SILVA, Tomaz. T. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

VIANNA, Cláudia P.; UNBEHAUM, Sandra. O Gênero nas políticas públicas de educação no Brasil: 1988 - 2022. **Cadernos de Pesquisa**. vol.34, nº 121, jan./abr. 2004, pp. 77-104.

VIANNA, Cláudia P. Entrevista. DAL'IGNA, Maria Cláudia e SCHERER, Renata Porcher. Entrevista. Gênero: conceito capaz de apreender a construção social e histórica das relações sociais. **Revista Diversidade e Educação**, v. 8, n. 1, p. 7-24, Jan./Jun. 2020.

BORTOLINI, A.; VIANNA, C. P. Política de educação em gênero e diversidade sexual: Histórico e presente da experiência brasileira. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 17, n. n. esp. 3, p. 2215–2234, 2022. DOI: 10.21723/riaee.v17iesp.3.16691.